

Intermitências entre velhice e memória

JOSIANE NAVA*

SAMUEL KLAUCK**

Resumo: O presente artigo versa sobre as questões da velhice e da memória e suas relações. Buscou-se a compreensão do fenômeno da velhice e do papel social que os idosos ocupam na sociedade brasileira contemporânea, assim como tratamos a questão da memória. Primeiramente delimitamos o foco: a memória social e, posteriormente, a relacionamos com o envelhecimento. A metodologia empregada consistiu em pesquisa bibliográfica nas áreas da saúde e da história, utilizando como principal referencial teórico a tese pós-doutoral de Bosi (1994), que retratou, por meio de narrativas orais de sujeitos idosos, a história da cidade de São Paulo, trazendo à tona memórias subterrâneas. O termo 'subterrâneas' é utilizado por Pollak (1989) para definir aquelas memórias que diferem da memória oficial, porque usualmente são mantidas apenas no círculo de convivência do narrador. Diante desse cenário, percebemos a importância de discutir a inclusão dos anciãos na sociedade, a fim de que nos tornemos ouvintes atentos e possamos refletir acerca da nossa realidade sob a ótica de quem vivenciou momentos importantes da construção Brasil e, assim, desenvolver o senso crítico sobre a memória oficial que nos foi contada.

Palavras-chave: memória; idosos; sociedade.

Flashes between old age and memory

Abstract: This article deals with the issues of old age and memory and their relationships. We sought to understand the phenomenon of old age and the social role that the elderly occupy in contemporary Brazilian society, as well as the issue of memory. First we define the focus: social memory and, later, we relate it to aging. The methodology used consisted of bibliographical research in the areas of health and history, using as main theoretical reference is the postdoctoral thesis of Bosi (1994), who portrayed, through oral narratives of elderly subjects, the history of the city of São Paulo, bringing underground memories. The term 'subterranean' is used by Pollak (1989) to define those memories that differ from the official memory, because they are usually kept only in the circle of coexistence of the narrator. Given this scenario, we perceive the importance of discussing the inclusion of the elders in society, so that we become attentive listeners and reflect on our reality from the point of view of those who have experienced important moments in the construction of Brazil and, thus, develop the Critical sense about the official memory that has been told to us.

Key words: memory; elderly; society.



* **JOSIANE NAVA** é bolsista no Programa Interdisciplinar Sociedade, Cultura e Fronteiras - nível de Mestrado; graduada em Letras.



** **SAMUEL KLAUCK** é Doutor em História. Professor na graduação e pós-graduação na UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu.

Introdução

O idoso, no Brasil contemporâneo, ocupa a posição de excluído socialmente. Posição esta que, é ocupada também por jovens, deficientes, e por todos aqueles que recebem algum tipo de auxílio financeiro para sobreviver, ou seja, são aqueles que não participam ativamente do mercado de trabalho, por vários motivos, desde falta de experiência até a mobilidade reduzida. Essa situação os exclui socialmente, de modo que não são reconhecidos ou inseridos nas dinâmicas cotidianas e de cidadania, pois na sociedade capitalista na qual vivemos, para ser cidadão é necessário participar do “jogo do capital”¹, ou seja, é preciso contribuir ativamente na sociedade do consumo, e, portanto, vender a força de trabalho no mercado capitalista. Para conquistar uma vaga nesse mercado é necessário experiência (os jovens não a possuem, principalmente, quando se trata do primeiro emprego), saúde – para conseguir desempenhar eficientemente a função pretendida em oito horas de trabalho diárias, e, se necessário, por algumas horas extras - (os deficientes e os idosos carregam as marcas da mobilidade reduzida: que não permite que realizem as atividades com desempenho similar aos dos adultos saudáveis, na maior dos casos), portanto "ser empregado" é para esses grupos uma tarefa árdua de realizar.(DAHRENDORF, 1987).

Os idosos, embora sejam parte importante da construção e

transformação da sociedade na qual vivemos, são marcados pelas limitações a eles impostas pela sociedade. Além das dificuldades de enquadrar-se no mercado de trabalho, também, encontram dificuldade de encontrar pessoas que os escutem e atentem-se à experiência de vida que carregam. Experiências capazes de modificar o modo de perceber a sociedade por parte daqueles que não vivenciaram um determinado período, apenas ouviram falar dele.

Bosi (1994) em sua pesquisa² sobre o fenômeno da memória, em uma perspectiva psicossocial, que pretende compreender o funcionamento desse fenômeno na terceira idade, propôs-se a escutar atentamente - por meio de entrevistas embasadas na metodologia da história oral, na qual o sujeito conversa com o pesquisador mais livremente, pois não há utilização de perguntas pré-formuladas - oito sujeitos de idade superior a setenta anos, que reviveram, por meio das lembranças, as experiências desde a infância, na cidade de São Paulo. Tal estudo contribuiu para repensar a memória oficial da cidade, devido aos depoimentos, a pesquisadora percebeu que alguns fatos não constam nas bibliografias oficiais acerca da cidade em questão, o que justifica a importância de ouvir àqueles que presenciaram a construção e consolidação da metrópole na qual São Paulo transformou-se. E também, compreender o fenômeno da memória na terceira idade.

¹ Utilizei essa expressão para indicar a venda da força de trabalho para o ‘mercado’ que gerará lucros para o empregador e exploração do trabalhador – na perspectiva de Karl Marx.

² Essa pesquisa é intitulada "Memória e sociedade: lembranças de velhos", realizada em 1994. Referência completa no final desse texto, na seção referências.

Essa contribuição da população senil, enquanto sujeitos ativos política, social e culturalmente nas décadas passadas, é esquecida ou ignorada pelos jovens e adultos da atualidade. Resta aos idosos o silêncio e o isolamento social.

O resgate das lembranças de uma comunidade de destino³ – nesse caso o envelhecimento – é um instrumento importante para as discussões acerca da memória social, que define um grupo, uma situação, um local, etc., por meio das narrativas de sujeitos que experienciaram um tempo histórico específico, ou mesmo, daqueles que conservam memórias através das narrativas transmitidas oralmente pelo seu grupo de convívio.

Reconhecer os anciãos enquanto detentores de conhecimento histórico e memórias permite confrontar a versão oficial de vários fatos e, perceber que, geralmente, as informações compartilhadas com o público são aquelas de interesse do Estado, da Política, da Empresa, em questão. Um exemplo disso é a experiência de Pollak (1989), ao pesquisar junto aos sujeitos sobreviventes de um campo de concentração sobre a experiência deles naqueles anos, constatou que havia indivíduos que negavam ter vivenciado aquele episódio. Essa negativa foi justificada por diversos fatores, o principal deles: encontrar um modo de seguir a vida em meio aos seus opressores e coibir o sentimento de culpa de ambos. Portanto, tais sujeitos disseminaram apenas entre seus pares a condição de vítimas dos campos de concentração, enquanto que, a

memória oficial expôs os fatos de acordo com seus próprios interesses.

Assim, compreender a velhice, a memória e a relação entre elas é o escopo desse texto, a fim de reconhecer a população idosa como parte importante da sociedade e proporcionar-lhes o merecido respeito.

Notas sobre a velhice

Ao longo da história, o tema da velhice tem sido abordado sob diferentes vieses – desde a faixa etária até os cuidados com o corpo a fim de combater o envelhecimento. Primeiramente, discutia-se esta fase da vida na literatura bíblica, que apontava a longevidade humana após o dilúvio e, também, na mitologia, que induzia a crença na fonte da juventude. Um marco importante ocorreu no século XVI ao iniciarem-se as discussões sobre o assunto no âmbito científico, representadas por Francis Bacon, René Descartes e Benjamim Franklin. Eles acreditavam que o desenvolvimento de métodos científicos era o caminho para combater as transformações da velhice de modo eficaz. (ARAÚJO; CARVALHO, 2005).

Discussões acerca de qual termo utilizar para referenciar-se as pessoas de idade avançada – velho, idoso, maduro, entre outros – eram recorrentes, e cada qual esboçava o preconceito sobre esse grupo, considerado incapaz, dependente de cuidados físicos e financeiros. Devido a evolução das pesquisas sobre o assunto, os pesquisadores de diversas

³ Termo utilizado por Ecléa Bosi em: “Memória e sociedade: lembranças de velhos”, vide referências.

áreas, em consenso, definiram que o último estágio da vida não pode ser definido apenas pelo critério da idade, visto que o fenômeno varia de acordo com fatores exógenos e endógenos nas esferas que compõe a vida do sujeito – desde a esfera social até a psicológica. (ARAÚJO; CARVALHO, 2005).

Mediante o crescimento da população idosa, constatado pela Organização das Nações Unidas que, considerou os últimos quarenta anos – desde 1975, como a “Era do Envelhecimento” (MOTA; PEREIRA; RODRIGUES, 2014) surge o questionamento: “Como lidar com longevidade no Brasil?”. Uma possível resposta é repensar o modo de olhar a condição deles, pois, os fenômenos que se apresentam nessa época da vida são particulares e esboçam reações diferentes:

A velhice não pode ser considerada em si como uma categoria de análise já que reconhecemos que há muitas velhices, a depender das condições de autonomia do idoso, as quais permitem assumir, integralmente ou parcialmente, a gestão da sua vida; sendo essas condições adversas, o idoso necessita entregar-se aos cuidados de outros que passam a governar os seus passos. (MOTA; PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 107).

Ao analisar a condição senil na sociedade contemporânea, lida-se com o estereótipo do idoso sem autonomia, conforme excerto acima, e com a preocupação excessiva em relação ao presente e ao futuro devido a velocidade em que a sociedade progride. Já o passado é considerado uma etapa perdida, pois o idoso “encontra-se a meio caminho entre

passado e presente sem grandes projeções para o futuro e quando desconectado da vida familiar e produtiva encontra uma inadequação em relação à sociedade na qual está inserido”. (BEZERRA; LEBEDEFF, p.2, 2013).

Dahrendorf aborda a questão da cidadania a partir do papel social que o sujeito ocupa no mercado. A “classe inferior” é composta por aqueles que “não são cidadãos, ou deixaram de sê-lo, ou deixaram de ser cidadãos plenos, ou ainda não são cidadãos”. (1987, p.102). Os anciãos pertencem a segunda categoria, ou seja, o lugar destinado a eles é mantido sob dois aspectos principais: o contrato geracional, cujo trabalho dos mais jovens garante a aposentadoria dos primeiros e, a importância desse público enquanto eleitorado, mesmo assim, eles não estão incluídos no meio social, apenas são tolerados quando é conveniente para o grupo detentor do poder.

Uma das principais razões que fez o preconceito acerca da senilidade emergir é a velocidade imposta pela sociedade para a realização das tarefas. Exige-se produção, agilidade e modernidade, para sentir-se incluído socialmente. Porém, com o passar do tempo o corpo e a mente trabalham mais lentamente, o que não significa improdutividade, e sim readequação natural do corpo, tanto física quanto psicológica, na última etapa da vida humana, e tal fator contribui para que o idoso seja considerado, não raro, como um incômodo – por não atuar na velocidade e de modo que agrada a juventude. (BEZERRA; LEBEDEFF, 2013).

Os impasses que subjagam a vida dos idosos devem ser transformados em fonte de reflexão, cuja finalidade é repensar quais contribuições, além da motora, pode-se extrair da convivência com eles. De acordo com Costa “Mãos calejadas – e um certo cansaço no olhar – indicam um tempo vivido, e, ainda que distante, repleto de marcas”. (2008, p. 152). Essa experiência oportuniza compreender a sociedade e sua história, sob a ótica daqueles que contribuíram para a formação e transformação dela.

A velhice é um tema em voga tanto na área da sociologia e antropologia⁴, quanto na área de saúde⁵, psicologia⁶, entre outras, que contribuem para o entendimento do papel social desse grupo e possibilitam à história compreender, explorar e retratar a condição senil. Além disso, propõe em parceria com as demais áreas do conhecimento novos olhares sobre ela. O trabalho desenvolvido pelas pesquisadoras Freitas, Queiróz e Souza (2010) demonstra a importância de estudar a senilidade através da percepção dos próprios integrantes desse grupo:

Dessa forma, refletir acerca do significado do envelhecimento e velhice por meio dos relatos dos idosos, provavelmente, seja um caminho para entender o significado real da velhice, permitindo aos profissionais de

saúde, dentre eles os enfermeiros, planejarem estratégias fundamentadas na realidade, que permitam proporcionar a manutenção da autonomia e independência do idoso, tendo como parâmetro a compreensão das alterações decorrentes do envelhecimento, refletidas na velhice, possibilitando a melhoria da qualidade de vida, consoante às condições de saúde em que o idoso se encontra. FREITAS; QUEIRÓZ; SOUZA, 2010, p. 408).

O contato com os sujeitos é um modo de compreender a maneira como eles sentem, pensam e vivem a velhice. É também uma oportunidade de resgatar memórias de pessoas que contribuíram, cada qual do seu jeito, para o desenvolvimento da sociedade na qual deveriam sentir-se acolhidos, o que nem sempre ocorre.

Esse contato direto é enfatizado por Costa (2008) – no artigo que trata especificamente da condição do trabalhador idoso na sociedade capitalista: suas lutas e conquistas – para quem as lembranças deles contribuirão para fortalecer o grupo de trabalhadores ao invés de fragmentá-lo.

No que tange a percepção dos sujeitos acerca de suas vivências, reportadas àqueles que se dispõem a ouvi-los, Bosi (1994) afirma:

⁴ O trabalho de Lucas Graeff *Considerações sobre a velhice institucionalizada: memória social, cotidiano e ritmos de vida*, sobre o cotidiano dos idosos no Asilo Padre Cacique em Porto Alegre – Rio Grande do Sul, é um exemplo enquanto pesquisa etnográfica. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsi/que/article/view/20135/25598>>

⁵ O trabalho de Freitas, Queiróz e Souza (2010), intitulado *O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos*, vide referências.

⁶ Ver *Memória e sociedade: lembranças de velhos* - Bosi (1994), vide referências.

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (BOSI, 1994, p. 60).

Consideradas as mudanças no entendimento sobre o envelhecimento ao longo do tempo, tem-se então, que os preconceitos existentes ainda na atualidade possam ser superados perante a compreensão dos próprios sujeitos senis acerca de sua condição, através dos relatos de experiência de vida trazidos pela memória.

Debates sobre memória social

O estudo da memória, sobretudo a social, transformou-se ao longo do tempo e com a influência das ciências sociais. A sociologia apresentou-se como um estímulo para explorar o conceito de memória coletiva e o próprio conceito de tempo. A psicologia social observou a ligação entre memória, comportamentos e mentalidades. E a antropologia, por sua vez, acolheu o termo memória no estudo das sociedades selvagens e interligou ao termo história para

melhor compreender o funcionamento de tais sociedades. Outras áreas do conhecimento, principalmente na contemporaneidade, também contribuíram para o desenvolvimento do termo memória. A biologia avançou no estudo do código genético enquanto memória da hereditariedade; a cibernética trouxe para a discussão a memória central dos computadores. (LE GOFF, 1990).

Candau (2012) corrobora ao mencionar o papel da escrita na socialização da memória, pois ela permitiu a “estocagem de informações”, o que não ocorria na tradição oral, que prescinde a escrita na socialização da memória. Nas palavras do autor:

Auxiliar de uma memória forte, a escrita pode, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforçar a metamemória. Assim, o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos. Entretanto, com frequência a escrita, como modalidade de expansão da memória, deixa a busca identitária incompleta. (CANDAU, 2012, p.109)

Psicanalistas e psicólogos debateram a propósito do desejo humano de controlar as lembranças e os esquecimentos, de modo que tornem-se senhores da memória:

Do mesmo modo, a memória colectiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do

esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 13).

Extrair lembranças de um grupo é uma tarefa que exige atenção redobrada, pois ele – o grupo – organiza-se de maneira que possa manipular as fronteiras entre aquilo que será revelado amplamente e as memórias subterrâneas que se escondem apenas no seu interior. Um exemplo disso é exposto por Pollak (1989) sobre as designações de guardiões da memória – pessoas que detêm a confiança dos dirigentes do grupo – e são responsáveis por preservar a imagem e a autenticidade dele:

Toda organização política, por exemplo – sindicato, partido, etc. –, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. (POLLAK, 1989, p. 10).

O conceito de memória coletiva cunhado por Halbwachs – na década entre 1920 e 1930 – foi criticado por vários estudiosos, como por exemplo:

Pollak (1992) e Portelli (2005), devido a irrelevância com que trata a memória individual, embora os autores citados reconheçam a importância da memória de um grupo. (WEBER; PEREIRA, 2010). As referidas pesquisadoras traduzem o pensamento de Portelli (2005), no qual ele refere-se ao valor da memória individual:

[...] a memória é um fenômeno social que pode ser compartilhado, porém ela só se materializa nos discursos individuais, e só pode ser coletiva quando separada do individual, no mito, no folclore, na delegação e nas instituições tais como escola, Igreja, Estado, partido. (WEBER; PEREIRA, 2010, p. 114).

Diante de tais divergências, Pollak (1992) levanta uma questão imprescindível: “quais são os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva?”. Ele mesmo propõe a réplica ao afirmar que, primeiramente, são os acontecimentos vividos pessoalmente e em seguida aqueles vividos “por tabela” ou seja, pela coletividade, pelo grupo de pertencimento do sujeito. Além disso, a memória abarca pessoas e personagens, esses últimos são classificados em: personagens encontradas ao longo da vida; personagens reconhecidas “por tabela” e, personagens que não necessariamente pertenceram ao espaço-tempo do indivíduo. Por fim, os lugares têm papel de destaque: lugares ligados a uma lembrança; lugares de comemoração ou de apoio da memória e lugares longínquos que são importantes para a memória do grupo e que não pertenceram ao espaço-tempo da pessoa. Ele ainda frisa que os

acontecimentos, personagens e lugares podem pertencer a fatos reais ou podem ser projetados de outras ocasiões.

Destaca-se ainda que a memória não é estática, imutável ou deve ser compreendida sob a ótica da essencialização, mas sim um fenômeno construído. Pollak (1992) esclarece isso, ao abordar a memória política, pois, o enquadramento da memória pode ser consciente ou inconsciente, “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”. (POLLAK, 1992, p. 5). Esse trabalho de enquadramento é feito em grande parte pelos historiadores, mas o trabalho da memória em si também contribui no processo de enquadramento “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, e coerência, de unidade, de continuidade da organização” (POLLAK, 1992, p. 7).

Acerca do enquadramento da memória, Weber e Pereira (2010) citam o trabalho de Assmann (1995) que dividiu a memória em dois grupos: a comunicativa, utilizada no cotidiano, e a cultural que distancia-se dele. O segundo conceito é tido como atualização da ideia de memória coletiva de Halbwachs. Para o autor, a memória cultural possui seis características principais: a produção da identidade através do relacionamento com o grupo; a capacidade de reconstrução – uma vez que não é possível preservar o passado e sim reconstruí-lo em referência ao sistema contemporâneo; herança

cultural transmitida por meio de objetos que cristalizam significados para o grupo; necessidade de organização para que a transmissão ocorra e compromisso, para que a manutenção da coesão da comunidade seja mantida. (WEBER; PEREIRA, 2010).

Diante disso, Pollak (1989) reforça que o enquadramento de memória de um grupo tem limites, portanto não pode ser concebido de forma arbitrária, visto que deverá satisfazer as exigências de justificação.

A síntese da função da memória cultural, que prescinde do conceito de memória coletiva disseminado por Halbwachs, apregoa que por meio dessa memória os grupos constroem sua identidade e preservam tradições, costumes e ritos. Além disso, reforçam o sentimento de pertencimento àquela comunidade e elaboram representações de si e dos outros. (WEBER; PEREIRA, 2010).

A memória em consonância com o envelhecimento

A discussão sobre a memória na velhice repercutiu no trabalho de Bosi (1994), no qual analisa, sob a ótica da psicologia social, o fenômeno da memória. Para a pesquisadora, o papel da memória na velhice distingue-se daquele nas outras etapas da vida:

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-a para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com a outra época, a consciência de ter suportado, compreendido

muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância. (BOSI, 1994, p.82).

Embora, o idoso sinta-se alegre para compartilhar sua experiência de vida, é raro “encontrar ouvidos atentos” para fazê-lo. As pesquisadoras Mota, Pereira e Rodrigues (2014) acrescentam que a expressão “se” retrata o lugar da exclusão social, que grande parte da comunidade senil ocupa na sociedade brasileira, do não pertencimento e do isolamento, e afirmam que, diante desse quadro, torna-se urgente que os idosos acima de sessenta anos programem-se para novos projetos e experiências de vida.

A escuta atenta é um momento de aprendizagem, por isso, independentemente da titulação acadêmica do pesquisador, o narrador é quem possui o conhecimento que buscamos durante a entrevista em história oral, afinal “Temos tudo a ganhar com os ouvidos abertos”. (PORTELLI, 2010, p. 213). Para Pollak (1989) há um limite naquilo que pode ou não ser dito:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p. 8).

Para Delgado, a história, a memória e o tempo constituem uma tríade que: “o tempo da memória ultrapassa o tempo

de vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre de lembranças de família, e músicas e filmes do passado, de tradições, de histórias escutadas e registradas”. (2006, p. 17). O papel da memória ativa, portanto, é fundamental para a transmissão de experiências que ultrapassam diferentes temporalidades.

Incluir a população idosa socialmente é oportunizar aos demais membros da comunidade o aprendizado de aspectos por nós desconhecidos e valorizar aqueles que um dia trabalharam para ajudar a construir as cidades, tecnologias, pesquisas, etc. das quais dispomos hoje. Para Bosi (1994):

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvir, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual. (BOSI, 1994, p. 82-83).

A atenção à conversa de um idoso, no âmbito da pesquisa científica, conta com a metodologia da história oral enquanto aliada na análise e compreensão do que é dito pelo entrevistado. Para Delgado (2006) a história oral é o caminho para produzir conhecimento histórico, que vincula –

através do depoimento de um sujeito - o passado e o presente, cuja interferência do entrevistador proporcionará o cruzamento de intersubjetividades na produção do documento resultante da pesquisa.⁷

Portelli (2010) afirma que “a história oral é, principalmente, um modo de deixar a política e as condições sociais vivas e tangíveis, evidenciando seu impacto sobre a vida de determinadas pessoas”. Bosi (1994) corrobora, pois, não basta estar em contato com um determinado grupo – nesse caso específico, o de idosos – para extrair suas memórias, ou seja, ouvi-los não é o suficiente. É necessário, além de escutar com atenção, questionar-se sobre a importância, relevância daquela informação compartilhada tanto no tempo presente, quanto no passado, no qual aquela situação foi vivenciada, exemplifica ao imaginar um arqueólogo na reconstituição de um vaso antigo:

Imagine-se um arqueólogo querendo reconstituir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. É preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos; é preciso compreender o sentido que o vaso tinha para o povo a quem pertenceu. A que função servia na vida daquelas pessoas? Temos que penetrar noções que as orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi

doméstico, ritual, floral... (BOSI, 1994, p. 414).

Reviver o passado, a fim de compreendê-lo de modo eficiente não é tarefa simples. Exige atenção, foco e estudo para desvendá-lo. Considerar, portanto as diferenças entre a memória do jovem, do adulto e a do idoso, permite compreender a função da memória desse último na sociedade, porque enquanto os dois primeiros ocupam-se das lembranças enquanto fuga da realidade cotidiana, o idoso “ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida”. (BOSI, 1994, p. 60).

No intuito de incluir a população idosa socialmente e aprender com elas histórias acerca de um tempo não vivenciado por nós – crianças, jovens e adultos – o projeto “circunleiturando”⁸ têm oportunizado às idosas participantes, através da experiência da leitura literária – que inclui principalmente livros com personagens idosos – a disseminação de suas memórias, o aprendizado de novos saberes e a ressignificação de sentido em suas vidas:

As histórias de vida das participantes emergiam por meio de fotos selecionadas e apresentadas ao grupo, assim como lembranças de músicas que povoaram a adolescência e juventude, objetos pessoais acompanhados das suas histórias, códigos familiares construídos em suas próprias famílias, com

⁷ Para maiores informações consultar “História oral: memória, tempo e identidades” de Lucília Neves Delgado – vide referências.

⁸ Projeto desenvolvido pelas professoras: Mota, Pereira e Rodrigues (2014) “Leituras, compartilhadas, memória e envelhecimento. – vide referências.

comentários de que muitos deles são ainda hoje utilizados. Foram muitos os objetos e textos que povoaram aqueles momentos de leituras múltiplas, dando oportunidade às participantes de se exercitarem na construção de narrativas das memórias remotas, fazendo pontes com o tempo presente em conexão com as redes familiares atuais, trazendo o convívio com suas famílias constituídas, seus filhos, netos e bisnetos. Sentimentos diversos afloravam, permeando o reconhecimento das trajetórias vividas. (MOTA; PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 114)

O projeto acima mencionado tangencia a discussão sobre a importância do idoso enquanto grupo social detentor de memórias, muitas vezes mantidas no subterrâneo e que se compartilhadas poderiam modificar o rumo do pensamento contemporâneo acerca da política, religião, família, enfim poderia romper paradigmas. Para tal, o reconhecimento do grupo é fundamental. Honneth (2003, *apud* Oliveira, 2006, p. 30) distingue conhecimento de reconhecimento de um grupo: o primeiro trata da identificação da pessoa enquanto indivíduo – ato cognitivo, não público – enquanto que, o segundo é um ato expressivo pelo qual o conhecimento é confirmado positivamente por uma afirmação, portanto depende dos meios de comunicação que demonstram o fato de que a outra pessoa tem valor social.

Considerações finais

O panorama da velhice no Brasil expõe a debilidade dessa comunidade frente a

sociedade, pois ocupam o papel de excluídos.

Essa exclusão é decorrente da não valorização das contribuições desses sujeitos para o desenvolvimento social, já que a modernidade e o sistema capitalista implementaram a rapidez e a agilidade como condições de cidadania e inclusão, conforme exposto por Dahrendorf (1987).

A desatenção quanto à memória senil, ou seja, a indisponibilidade para ouvi-los, impede que se conheça a história de uma sociedade, comunidade, cidade, entre outras instituições sob a ótica daqueles que viveram o cotidiano e enfrentaram os desafios das últimas décadas do século XX.

Conforme exposto por Le Goff (1990) todas as sociedades – sejam desenvolvidas ou não - dependem da memória para resolver suas questões, por ser ela aquela que resgata o passado e reconfigura-o no presente, assim, o nosso trabalho deve consistir em que a memória coletiva sirva para libertar os homens e não para torná-los servos.

Reforçamos, portanto, a importância de resgatar as lembranças dos idosos e documentá-las, a fim de repensar acerca da memória oficial de nosso país, que nos foi contada pelas instituições que controlam o poder e disseminam apenas o que lhes é conveniente; a velhice precisa ser (re)incluída socialmente para que, os cidadãos brasileiros possam conhecer a outra face da memória nacional e os idosos sejam reconhecidos pela contribuição deles no progresso do Brasil.

Referências

ARAÚJO, L. F. de; CARVALHO, V. A. M. de L. Aspectos Sócio-históricos e Psicológicos da Velhice. *Menme*, Caiacó: RN, V. 06, N. 13, dez. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/278/254>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BEZERRA, D. B.; LEBEDEFF, T. B. Velhice, Identidade e Memória: Diálogos entre saúde e cultura a favor da manutenção de identidades.

Cadernos do tempo presente, São Cristóvão: SE, n. 13, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2671/2304>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, J. O Jogo social da memória e da identidade: transmitir, receber. In: _____. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, H. M. R. B. Desafio da vida: trabalho, velhice e memória. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 25, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2890>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

DAHRENDORF, R. *A lei e Ordem*. São Paulo: Itn, 1987.

DELGADO, L. A. N. *História oral memória, tempo e identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREITAS, M. C. de.; QUEIRÓZ, T. A.; SOUSA, J. A. V. de. O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 44, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/40555/43680>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

LE GOFF, J. Memória. In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

MOTA, K. M. S.; PEREIRA, A. S.; RODRIGUES, E. O. S. Leituras Compartilhadas, Memória e Envelhecimento. *Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade*, Salvador, v. 23, n. 41, jan.

2014. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/827/585>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

OLIVEIRA, R. C. de. *Caminhos da identidade: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Unicamp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, A. *Ensaios de história oral*. São Paulo: Letra & Voz, 2010.

WEBER, R; PEREIRA, E. M. Halbwachs e a Memória: contribuições à história cultural. *Revista Territórios e Fronteiras*. Mato Grosso, v. 3, n. 1, 2010.

Recebido em 2017-05-11
Publicado em 2018-02-05